

ARQUEOLOGIA, LUGAR DE FALA E CONEXÕES AFRODIASPÓRICAS: EXPERIÊNCIAS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DOS POVOS DO APROAGA - AMAZÔNIA PARAENSE

Irislane Pereira de Moraes^a

Luciana Alves Costa^b

Luciana Lopes de Jesus^c

a Sou *Omo* Orixá e ekedji do Ilê Axé Yabá Omi. Atuo como docente de Arqueologia na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e na coordenação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UNIFAP). Associada da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), da Associação de Pesquisadores Negros (ABPN) e integrante da Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO). Contato: irislane_moraes@yahoo.com.br / yabaewe@gmail.com

b Sou Mulher Negra, pertencente ao Tambor de Mina Maranhense, graduada em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq) MAE-USP. Integrante da Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO) e membra da Associação de Pesquisadores Negros (ABPN). Contato: lucianacosta.arqueologia@gmail.com/lucianacostaalves@hotmail.com

c Sou Mulher Negra Amazônida, quilombola pertencente a comunidade de Benevides no território dos Povos *Aproaga*, nascida e criada às margens do rio Capim-Pará. Atualmente sou estudante cotista-quilombola do curso de Sistema de Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Contato: lopesluciana476@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho nos reunimos para compartilhar pertencimentos e experiências de pesquisa arqueológica de base comunitária vivenciadas no território quilombola dos *Povos do Aproaga*, situado no nordeste paraense - Amazônia. Em parceria com a Associação Quilombola Unidos dos Rio Capim (AQURC) temos nos dedicado a reconhecer a memória e a existência quilombola, e a ressaltar os seus respectivos processos de *aquilombamento* da terra. Ao percebermos a arqueologia enquanto uma ciência branca e eurocêntrica permeada por racismo e colonialidades, tornou-se premente a concepção de formas alternativas à lógica colonial operante nos seus modos de pensar e pesquisar. Assumimos a afroreferencialidade, a ancestralidade e a representatividade étnico-racial enquanto pressupostos da abordagem teórico-metodológica, dos objetivos e da equipe de pesquisa. Afinal, mais que descolonizar a arqueologia, trata-se da criação de espaços seguros para nossa atuação intelectual comprometida com nossas comunidades afrodiaspóricas junto à emergência de reconhecimentos de nossas histórias a partir das *cosmopercepções* e epistemologias negras.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia; *Povos do Aproaga*; Quilombolas; Amazônia.

ABSTRACT

In this work we gather to share relations of belonging and research experiences of community-based archaeology in the Quilombola territory of Povos do Aproaga, located in the northeast of Pará - Amazonia. In partnership with Associação Quilombola Unidos dos Rio Capim (AQURC) we have been dedicated to recognizing the memory and existence of Quilombola peoples, as well as highlighting their respective processes of land settlement. As we perceive archaeology as a white Eurocentric science permeated by racism and colonialities, it becomes urgent to conceive alternative forms than the colonial logic operating in ways of thinking and doing research. We choose the concepts of Afro-referentiality, Ancestrality and ethnic-racial representation as tenets of our theoretical and methodological approach, and of our research goals and team. After all, beyond decolonizing archaeology, it is about creating safe spaces for our intellectual activity that is committed to our Afro-diasporic communities along with the emergence of recognition of our histories and Black world-perceptions and epistemologies.

KEYWORDS

Archaeology; Peoples of Aproaga; Quilombolas; Amazonia.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

MORAES, Irislane Pereira de; COSTA, Luciana Alves; JESUS, Luciana Lopes de. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiaspóricas: experiências no território quilombola dos *Povos do Aproaga* - Amazônia Paraense. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p. 55-74, Jan-Jun. 2022.

1. AGÔ COMO PRÁTICA DE CONEXÃO AFRODIASPÓRICA: LICENÇA DA PALAVRA E DA COMUNIDADE

Para começar este trabalho em conexão afrodiaspórica, nós pedimos agô (licença) a toda existência, saudamos às ancestralidades negras e quilombolas do continente e da diáspora africana. Mojubá Ancestrais! Salve *Pretos Dantes!* Dos *aquilombamentos* de quem veio antes de nós, agradecemos e pedimos a benção de *nossas* mais velhas, mais *novas* e iguais. Motumbá?!. Nesta diáspora africana na Amazônia, cumprimos a *todes* mais *velhas*, comunidades e lideranças dos *Povos do Aproaga*, agradecemos por tantos ensinamentos e compreensões mútuas partilhadas. Axé!

2. POVOS DO APROAGA E NOSSAS CONEXÕES AFRODIASPÓRICAS NA ARQUEOLOGIA

Neste trabalho compartilhamos reflexões especialmente conectadas com nossas *posicionalidades* e com as experiências de pesquisa arqueológica de base comunitária vivenciada no território quilombola dos *Povos do Aproaga*, situado no baixo rio Capim, Amazônia paraense. *Povos do Aproaga* refere-se à identidade coletiva construída pelas comunidades de Nova Ipixuna, Taperinha, Sauá-mirim, Benevides e Alegre-Vamos que se autodeterminam quilombolas e, na luta por seus direitos étnico-territoriais estão organizadas politicamente através da **Associação Quilombola Unidos do Rio Capim (AQURC)**.

Conforme mostram as narrativas quilombolas e pesquisas anteriores, o Aproaga foi um antigo engenho colonial estabelecido às margens do rio Capim no qual foram escravizados, os chamados *Pretos Dantes*, ancestrais dos *Povos do Aproaga* que ao longo de gerações se aquilombaram nas terras desse antigo engenho (PNCSA, 2008; BARBOSA, 2008; MORAES 2012; ACEVEDO-MARIN, 2014; MORAES, 2021).

As experiências que nos referimos derivam da consciência de nossos *lugares de fala*¹ junto à relação de pesquisa arqueológica realizada com os *Povos do Aproaga*, suas comunidades e lideranças quilombolas articuladas pela AQURC, principalmente nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos por Iris Moraes (2012; 2021). Ao longo dos anos o intuito tem sido reconhecer a memória e a existência negro-quilombola na Amazônia, a partir da compreensão dos processos particulares de *aquilombamento* da terra empreendido por várias gerações dessas comunidades quilombolas na região.

1 Noção adotada conforme a discussão de Djamila RIBEIRO (2017; 2019).

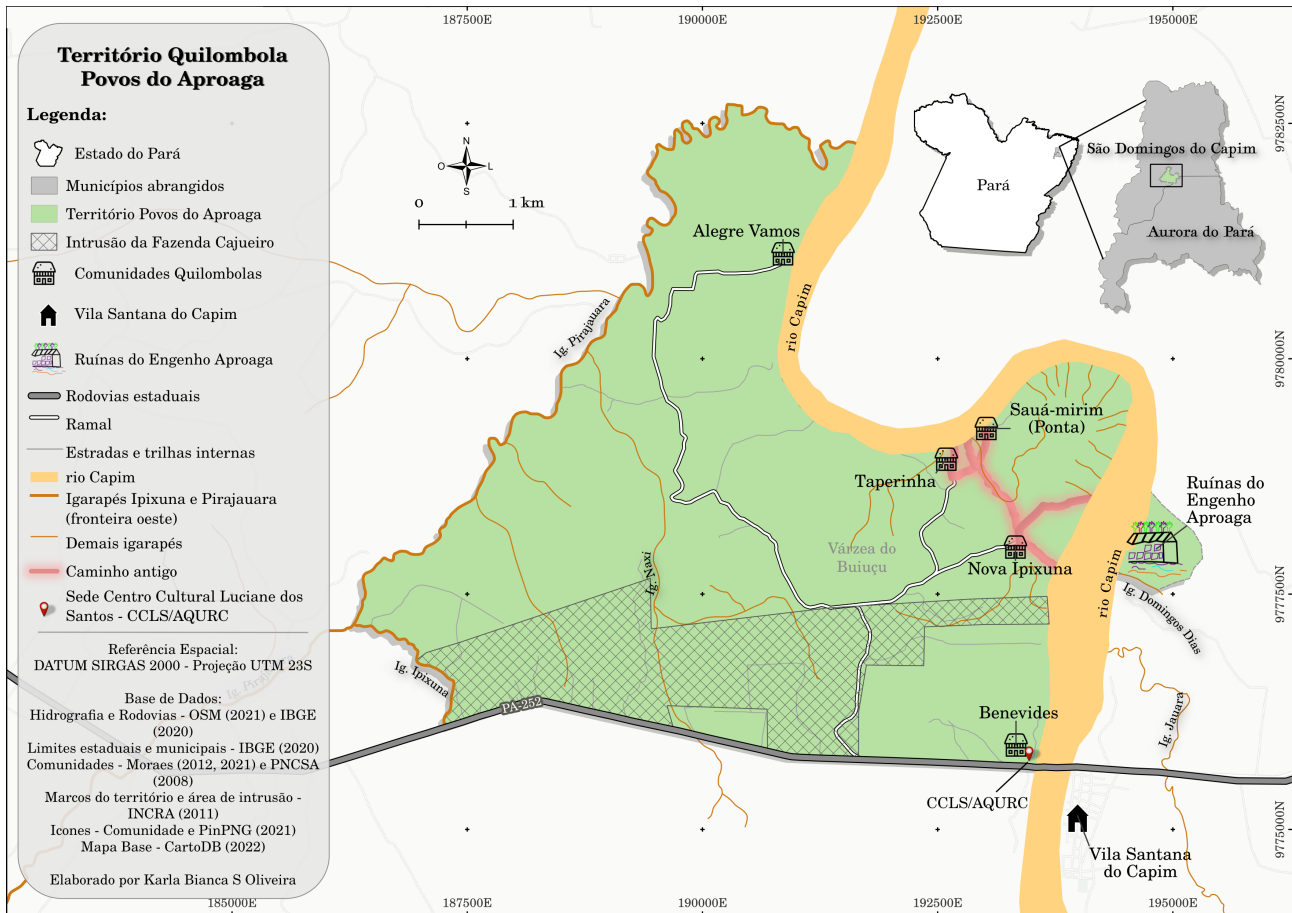


Imagem 1. Mapa do Território Quilombola dos Povos do Aproaga.

Nesse ínterim, ao percebermos a arqueologia enquanto uma ciência branca e eurocêntrica, ainda permeada por racismo e colonialidades (GNECCO et al, 2015), tornou-se imprescindível a concepção de formas alternativas à colonialidade operante nos modos de pensar e pesquisar arqueológicos. Embora situada a partir da arqueologia, nossa prática tem uma abordagem transversal com outras áreas de conhecimentos como a antropologia, cartografia social e filosofia africana, e principalmente se baseia nas *cosmopercepções* quilombolas e perspectivas *afroreferenciadas* oriundas das epistemologias negras. Ademais, na guiança da ancestralidade temos buscado um profundo movimento Sankofa de retomada de nossas memórias africanas e afrodiáspóricas para o centro da história que importa às nossas comunidades².

No âmbito dessa arqueologia de movimento Sankofa proposta por MORAES (2021), várias etapas de campo afroreferenciadas foram realizadas junto aos Povos do Aproaga, em um ciclo de oficinas denominado “arqueologia e comunidade”. Dentre essas atividades destacamos aqui, parte da oficina voltada à abordagem arqueológica da **Coleção de Coisas Dantes dos Povos do Aproaga**, pois escolhemos centrar as relações quilombolas com as materialidades instituídas como *coisas dantes* e buscamos a representatividade étnico-racial na composição da equipe de estudo.

2 Entre estudos afrocentrados e da afroreferencialidade, destacamos como nossas referências os trabalhos de Renato Nogueira (2012;2014) Adilbênia Machado (2019), Oyèrónkẹ (2021), Grada Kilomba (2019), Patrícia Carvalho (2018), Gabby Hartemann (2019), G. Hartemann e Iris Moraes (2019).

Consideramos que para realizar pesquisa não deixamos de pertencer a algum segmento social situado no tempo e espaço, assim, nossos modos de fazer ciência seguem potencialmente implicados pelo *lugar de fala* que ocupamos na academia e mais amplamente na sociedade. Assumir isso não significa o fim do ‘método’ como garantia de seriedade e substância científica, mas sim reconhecer que em nossas sociedades ocidentalizadas urge o nosso engajamento crítico de como o que fazemos nos espaços e trabalhos acadêmicos ainda possuem uma dimensão sócio-histórica e racial estratégica e emblemática, conforme os grupos sociais aos quais pertencemos.

Isso porque a sociedade brasileira e suas respectivas instituições sociais foram estruturadas a partir do colonialismo e racismo que historicamente se materializou na opressão de povos indígenas, africanos e afrodiáspóricos, e de quaisquer *sujeitos* não-brancos e não-normativos ao sistema heteronormativo imposto a partir da colonização européia em nossas terras e comunidades. Porquanto, as nossas instituições sociais como a Universidade e suas pesquisas acadêmicas, ainda reproduzem um conjunto de violências que asseguram essa ordem social opressora e a engrenagem de privilégios da *branquitude* (ALMEIDA, 2018; BERNADINO-COSTA, 2019; GARCIA, 2018; MOMBAÇA, 2021; RIBEIRO, 2019).

Não obstante, outros devires e existências se manifestam baseados na ancestralidade presente em nossos corpos, saberes e práticas que resilientemente adentram a academia. No que se refere a esses modos de fazer e de resistir, compartilhamos das palavras da educadora Nilma Lino Gomes ao discorrer acerca do processo (des)colonizador a partir da educação, pois:

estamos nos referindo à resistência ancestral, uma ação dos sujeitos que sempre lutaram contra colonialismo, imperialismo, capitalismo e racismo. **As africanas e os africanos escravizados, bem como seus descendentes na diáspora, resistiram ao apagamento cultural, mental, material e epistemológico que os processos coloniais tentaram lhes impor. Em face dessa tensão, surgiram, surgem e surgirão novos conhecimentos, práticas e ações políticas** (GOMES, in GARCIA e SILVA, 2018:11, grifo nosso).

Nesse contexto de resistências ancestrais e ações políticas, para prosseguirmos ao relato da experiência junto com os *Povos do Aroá*, realçamos o nosso *lugar de fala* e respectivos pertencimentos étnico-raciais dentro da arqueologia, como base epistemológica de autofortalecimento e trocas afrodiáspóricas, pois (re)existimos como *sujeitos* de enunciação e conhecimento afrorreferenciados nessas instituições e conhecimento acadêmico-científicos que se debatem com a urgência da descolonização.

A consciência crítica do nosso *lugar de fala* enquanto *arqueólogues* nos mobiliza a reflexões fundamentais de um fazer arqueológico afrorreferenciado (MORAES, 2021; COSTA, 2021). Esta é uma das considerações contra-coloniais³ que trazemos, pois abdicamos do modelo de história

3 Estamos em confluência com os saberes quilombolas contracoloniais propostos pelo mestre Antonio Bispo dos Santos, na obra “Colonização, Quilombos: modos e significações” que considera a colonização como “... todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra”, enquanto que por contra-colonização considera que são “... todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2015: 46-7)

e sujeito universal típico da razão euro-ocidental colonialista ainda tão praticada na arqueologia. Assumimos nossa *posicionalidade*⁴ e pertencimentos como repertório epistemológico e enquanto possibilidade de refletirmos a arqueologia que somos e que queremos ser a partir de agora.

2.1. A EMERGÊNCIA DE POSICIONALIDADES NA ARQUEOLOGIA: CONECTANDO LUTAS E EXPERIÊNCIAS

Na autoria deste artigo se reencontram três pessoas diretamente envolvidas na abordagem arqueológica da *Coleção de Coisas Dantes dos Povos do Aproaga* como movimento que potencializa a *práxis de aquilombamento* na arqueologia e o enfrentamento das invisibilidades de nossas histórias e existências coletivas, pois pertencemos às comunidades negras, quilombolas e de matriz africana.

A partir da arqueologia voltada aos estudos de contextos da diáspora africana, consideramos relevante pontuar como nossas vivências e pertencimentos são atravessadas pela arqueologia, pois ao adentrarmos esta área de conhecimento, reivindicamos transformações estruturais para o enfrentamento do racismo e suas variantes como o *epistemicídio*⁵, bem como dos impactos do colonialismo em nossas vidas e comunidades afrodiáspóricas.

Saudações. Eu, Iris Moraes, sou *Omo Orixá* (*filhe* de Orixá) e pertenço ao **Ilê Axé Yaba Omi**, uma comunidade tradicional de matriz africana (yorubá), situada em Belém do Pará - Amazônia⁶. Em minha egbé (comunidade) sou *Omo Ossain* e *ekedji* confirmada de Oxum, e me chamo Ewejimi. Este meu *orunkó*, nome ancestral, demarca que sou *filhe* do Orixá Senhor das Ewe [folha]. Nesse contexto, uma das assertivas mais referidas em nossas comunidades para referenciar a importância de Ossain e a relação com a natureza é “*kò sí ewé kò sí òrìsà*”, com o sentido de ‘sem folha não há Orixá’.

A partir desse pertencimento a uma comunidade de matriz africana na Amazônia, tenho entendido a arqueologia como uma forma especial de contar histórias da gente entre tempos, lugares e coisas. Seguimos construindo uma *Arqueologia Sankofa*, na qual tomamos a ancestra-

4 No que se refere a posicionalidade, tomamos como referência a reflexão de J. Mombaça (2021:22-23), quando “às margens do grande nós universal (humano, branco, cisgênero e heteronormativo)” busca “escapar das estruturas lógicas que opoicionam indivíduo e coletividade” e nos mostra outras possibilidades ontológicas de estarmos *juntas*, em conjunto, apesar da quebra e multidão de estilhaços provocadas pela violência colonizadora ocidental.

5 Para definição de epistemicídio consideramos a análise de Sueli Carneiro (2005:97), pois nas suas palavras: epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo.

6 No Brasil essas comunidades também são conhecidas como “Terreiro” que se refere tanto aos espaços como às comunidades que cultuam Orixás, Voduns e Inkises, sendo composto de: a) construções diretamente associadas aos mundos das divindades africanas, espaço sagrado; b) habitação dos praticantes, espaço privado de moradia, porém de propriedade comunal; c) Espaço verde onde são cultivados os vegetais sagrados, que pode ser: árvores e arbustos, utilizados como local de culto especial, ou ainda as ervas sagradas, utilizadas tanto na medicina fitoterápica do grupo como nas diversas cerimônias (BARROS, 2009:51).

lidade, o sentir e o ser em comunidade como dimensão inerente ao acesso ao conhecimento de nossas histórias, saberes e fazeres⁷. Esta perspectiva nos orienta a reverenciar a natureza, respeitar nossas mais velhas, buscar o diálogo e aprendizado intergeracional e a viver em amorosidade pelas existências e seres. Fazer arqueologia transcende os modos ocidentais de pesquisar e de pensar, pois sou natureza e a ela reverencio. Sou um ser sendo em comunidade, uma pessoa, mas não sozinha.

Nesse trabalho arqueológico, mais que tomar um objeto isolado de pessoas e paisagens de sentidos, nos importa compreender como as coisas são e/ou materializam conhecimentos numa rede de relações entre pessoas, lugares, tempos, memórias e afetos. Em campo, vamos consultar as pessoas mais *velhas* e considerar as crianças, ouvir a comunidade. Para abrir a terra, vamos antes avaliar e pedir agô aos ancestrais. Ao cruzarmos um rio ou floresta, vamos antes pedir licença, reverenciar os seres *donos do lugar*.

Enquanto *arqueóloga* de axé a isso devo respeito e (re)conhecimento. E reitero, nas palavras do filósofo africano Mongobe Ramose (2011:13), que este “... reconhecimento não é uma mera questão de cortesia. Ele é a realização filosófica da pluriversalidade do ser”. Ademais, evocamos a compreensão do mestre Bispo do Santos (2015) quando ressalta esta *biointeração* como inerente aos saberes orgânicos quilombolas e contra coloniais. A arqueologia não é nosso fim, sendo mais um meio pelo qual enunciamos nossos próprios modos de conhecer e de ser como legítimos. Sabemos que os nossos fazeres têm consequências e sentidos compartilhados coletivamente, ocupar e transformar a arqueologia em lugar de luta é inerente ao nosso existir em plenitude. Afinal, nossos corpos e *cosmopercepções* materializam um sistema de conhecimento e modo de existir que é fruto da resiliência ancestral e *aquilombamentos* de nossas mais velhas ao longo da história da diáspora africana.

Após estas reflexões iniciadas por Íris, também saúdo minhas comunidades negras e redes de conexão afrodiaspóricas. Meu nome é Luciana Costa, sou descendente de *africanes* e indígenas, meu pertencimento territorial, familiar e ancestral na diáspora é o município de Rosário no estado do Maranhão. Ao longo de gerações a subsistência da minha família se baseou na lide da roça (plantação e casa de fazer farinha), na quebra de coco babaçu, na pesca e na construção e reparação de canoas. Parte desses conhecimentos ainda são salvaguardados por *nossas mais velhas*, especialmente meus tios, cujas famílias também integram a colônia de pescadores da região. Sou herdeira e vivencio a tradição do Tambor de Mina Maranhense, há gerações mantido e salvaguardado por parte da minha família.

Apesar de a arqueologia ter aparecido para mim através dos estereotipados documentários de canais fechados, consegui realizar meu encantamento pela área através da formação conquistada na Universidade Federal de Sergipe. Hoje sou uma arqueóloga negra que acessou a Universidade via a política de cotas raciais⁸ e minha jornada acadêmica esteve, e ainda está, con-

7 A proposta de Arqueologia Sankofa foi desenvolvida como tese de doutorado (MORAES, 2021), e inicialmente publicado em HARTEMANN e MORAES (2019).

8 Ação afirmativa voltada a equidade étnico-racial e social no acesso à educação superior e assegurada no Brasil a partir da lei 12.711 de 2012.

dicionada à assistência estudantil. A universidade mostrou-se não somente um mundo novo de conhecimentos, mas também um espaço de poder no qual tive que produzir movimentos exaustivos de sobrevivência psicológica e epistemológica.

Em virtude do racismo estrutural violentamente presente na graduação, no currículo arqueológico e no trabalho de campo, a trajetória acadêmica da maioria dos estudantes *negres* têm sido violada por permanentes *episódios de racismos cotidianos* (KILOMBA, 2019). Para combater essas opressões naturalizadas pela *branquitude*, torna-se urgente a adoção de políticas de ações afirmativas e antirracistas efetivas no âmbito da arqueologia.

A partir de nossa atuação na Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO) e respectiva ocupação de espaços acadêmicos afrorreferenciados, como a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), temos criado conexões e acolhimentos afrodiáspóricos, tornando nossas trajetórias negras menos solitária. Nossos *aquilombamentos* na arqueologia são uma realidade (NASCIMENTO, B. 1977; COSTA, 2021). Em 2021 junto com *outras arqueólogues negres* participei da campanha 'BlackInArchaeo 2021' da Society of Black Archaeologists (SBA) em parceria com a NEGRARQUEO. O propósito foi potencializar a escuta de pessoas negras em vários lugares de África e da Diáspora, sobre o que significa fazer arqueologia, quais os sentidos que esta ciência possui em nossas práticas e comunidades.

Então, num movimento Sankofa de voltar-se ao passado e a nossa ancestralidade africana, declarei enquanto pessoa preta, que a arqueologia se apresenta como um campo de possibilidade para a construção de narrativas não mais em contextos de escravização, mas onde somos *sujeitos* de nossas próprias histórias⁹. Queremos também ampliar esses legados às futuras gerações negras na arqueologia com contextos mais inclusivos, justos e reparadores, assim como *nossas* mais *velhes* sempre fizeram para que nós chegássemos até aqui. Axé!

Nessa gira de reconhecimentos, sigo me apresentando. Eu sou Luciana Lopes, quilombola, nascida e criada na comunidade Benevides, às margens do rio Capim Pará. Atualmente eu faço graduação de Sistema de Informação na Universidade Federal do Pará - UFPA, onde ingressei através do Processo Seletivo Especial para indígenas e quilombolas - PSE. Pontuo isso, pelo que foi colocado anteriormente sobre a importância de políticas de ações afirmativas no acesso a direitos como a educação e mais amplamente na redução das desigualdades sociais em nosso país.

Para mim ser uma estudante negra na universidade tem sido uma grande luta diária e psicológica. A universidade é gratuita, mas enquanto quilombola e de família humilde que sempre trabalhou na roça, na pescaria e no plantio de açaizeiro para conseguir o sustento, isso exige muitos esforço familiar e gastos financeiros para me manter estudando em outra cidade. Mas eu sei que estou estudando para quando me formar poder apoiar minha família, levar o que aprendi para comunidade e construir projetos e ajudar no que for preciso.

Em 2019, enquanto jovem da comunidade de Benevides, participei das atividades de pesquisas arqueológicas realizadas por Iris Moraes e Luciana Costa em parceria com a AQURC, especificamente da abordagem arqueológica da Coleção de *coisas dantes* da comunidade, a maioria

9 O vídeo da campanha encontra-se disponível em: https://youtu.be/CYlp_9mVV48. Acesso 02.04.2022.

encontradas nas ruínas do Aproaga. Então quero dizer que apesar de ter tido meu primeiro contato com a Arqueologia através dessa oficina de “Arqueologia e Comunidade”, me lembro que desde criança através de brincadeiras com minhas colegas, lido e experimento o encontro com coisas de antigamente, tais como: pedaços de louças, moedas e garrafas antigas. Nós utilizávamos esses fragmentos de objetos antigos em nossos jogos e brincadeiras, como a amarelinha e gemerson. Era bem legal... Nessas brincadeiras as *coisas dantes* colhidas da terra ou nas águas do rio Capim, eram marcos usados nos espaços e alvos a serem trilhados por nós, era como se elas ancorassem os passos da gente no chão, marcando por onde poderíamos ou não caminhar.

Na minha vivência na comunidade lembro que antes da instalação de redes elétricas no quilombo, nós guardávamos a água do Igarapé em potes ou em garrafas antigas (como garrafa de grês) que apareciam na roça ou no rio quando a maré baixava. Era uma forma que tínhamos de manter água de beber em casa mais tempo “gelada”. Eu, como muitas pessoas no Capim, convivemos com a ocorrência e ressurgimento de histórias como essas. A nossa terra está repleta das coisas antigas, não é difícil de encontrarmos as *coisas dantes* aflorando no chão, pulsando histórias e encantando a nossa vida cotidiana.

Durante minha infância e adolescência sempre visitei o *Casarão* do Aproaga, especialmente com a professora Ana Cristina Ferreira, quando ela organizava atividades escolares ou quando íamos tomar banho no Igarapé que passa na área das ruínas. Nessa época, não conhecia as peças que encontrávamos no casarão como artefatos arqueológicos, mas eu sabia que tudo ali era histórico, de tempos antigos e já me referia ao lugar como *Casarão* ou *poço* do Aproaga.

Assim, participar da oficina voltada ao estudo da nossa Coleção comunitária foi especial para mim porque pude aprender um pouco sobre arqueologia ao mesmo tempo em que fui observando mais os objetos que já tinha visto, porque havia participado dos achados de alguns deles no Casarão do Aproaga. Eu também fico animada com a possibilidade da AQUARC poder movimentar o Centro Cultural Luciane dos Santos (CCLS) para abrigar essa Coleção e também podermos trabalhar mais na valorização de nossos vários bens culturais quilombolas, pois queremos sim um lugar ativo de estudos, formação e oportunidades para as nossas comunidades.

3. QUILOMBOLAS, AS COISAS DANTES E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO NO FAZER ARQUEOLÓGICO

O quilombo é território negro constituído na diáspora africana para a existência coletiva e como resistência às opressões históricas sofridas com o colonialismo e escravidão. O quilombo existe e resiste até hoje. A ancestral Beatriz Nascimento tem sido uma das vozes negras que ecoam essa potência dos quilombos, assim destacamos algumas de suas palavras reunidas na obra “Eu Sou Atlântica” de Alex Ratts:

Quilombo é uma história. Essa palavra tem história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época. Sua relação com o seu território. (...) **Nós temos direito ao território, à terra.** Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação (...) **A terra é o meu Quilombo.** Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (Beatriz Nascimento [1989]: In: RATTIS, 2007:59).

Assim, tanto a reflexão de Beatriz Nascimento quanto o relato acima compartilhado por Luciana Lopes da comunidade de Benevides, revelam aspectos centrais sobre os modos de *aquilombamento* da terra e das pessoas junto às memórias e resistências afrodiáspóricas. No que se refere aos *Povos do Aproaga*, notamos que durante o *aquilombamento* da terra as pessoas estabelecem uma intrínseca relação de sentidos e afetos com as materialidades e paisagens constituintes do território tradicional.

Certa vez, enquanto visitávamos as ruínas do Aproaga em companhia do presidente da AQURC, o Sr. Manoel Clauderi Coutinho da Luz (conhecido como *Cléo*), nos contou acerca das presenças ancestrais e vivências que ele tinha com aquele lugar do Aproaga e suas *coisas dantes*. Assim como a maioria das pessoas na região do quilombo, o S. *Cléo* e família costumam passear no igarapé que passa ali nas ruínas, chamado ‘Domingos Dias’. Após mergulhar e encontrar fragmentos de tijoleiras nesse igarapé canalizado, *Cléo* lembrou que num de seus passeios anteriores quando já estava indo embora, ouviu algumas vozes conversando no rumo do igarapé e imediatamente voltou-se para ver quem seriam as pessoas. Mas ao chegar ao igarapé não encontrou nem viu ninguém. Na certeza de que este acontecimento lhe permitiu *sentir* as presenças ancestrais e desejando justiça de reparação à seu Povo, S. *Cléo* assim refletiu,

Não! Deve ter alguém... ser algum [dos] ancestrais que ficou ai né... aí conversou e tal?... mas ai, a gente foi embora. Mas claro que não é um lugar que deixa medo pra ninguém aqui! É um lugar tranquilo aqui.. entendeu? Eu vejo um lugar assim, que eu posso dizer assim, ‘qualquer hora, posso sair daqui’. Então não tenho medo de alguma coisa. Não, eu tenho muito respeito, até porque, é **um lugar que representa muito, que tem pedra, que tem mão aí gravada.. então eu vejo isso como um sinal de revolta! Quando eu vejo uma mão gravada num tijolo desse...** (nesse momento *Cléo* espalma forte as suas mãos) **Eu vejo assim, como uma revolta, né?: alguém que estava naquele momento estava fazendo aquele tijolo.. ele, bateu com muita força ne? Sem poder fazer muita coisa, mas deixou dito, pra nós!** Alguma coisa né.. olha: ‘eu... eu não podia fazer nada, mas talvez vocês possam no futuro.. fazer alguma coisa!’ Eu... eu vejo dessa forma, cada pesquisa, cada ação, que a gente faz aqui... não só pensando também nos que... do futuro! mas também olhando por aqueles que trabalharam aqui no passado! Então pra nós é muito importante, trabalhar essa questão... Pra que no futuro, a gente possa pensar assim: ‘os nossos antepassados foram vingados!’ Vingados, foi feito, se há algum tipo de justiça, foi feito justiça por eles! Por mais que quem recebe isso somos, o futuro que vai receber, ou o presente, ou o futuro, mas que o passado, ele vai tá sendo vingado de qualquer forma.. alguns direitos vão ser cobrados né?... por nós hoje!... (Manoel Clauderi Coutinho da Luz, ruínas do Aproaga, 7 de setembro 2015, in MORAES, 2021: 204-205).

Através deste relato de *Cléo* como uma liderança quilombola que reafirma a presença dos ancestrais, a materialidade de suas existências e legados gravados com as próprias mãos em tijoleiras antigas do Casarão do Aproaga, destacamos que na vida quilombola dos *Povos Aproaga*

as *coisas dantes* são presentes, não são ignoradas, são significativas de muitas maneiras para as crianças, jovens e adultos das suas comunidades. As materialidades da vida como *coisas dantes* emergem do fundo das águas, afloram a superfície da terra, para nos contar histórias, evocar pessoas e conectar memórias na luta quilombola por reparações e direitos étnico-territoriais.

Em Benevides, a professora Ana Cristina Ferreira, da diretoria da AQURC, também vive abertamente essa relação de memória e identidade com as *coisas dantes*, pois possui sua genealogia imbricada com os *Pretos Dantes* e desde jovem tem o gosto de colecionar coisas antigas. Ela guarda com afincos a Coleção comunitária de *coisas dantes*, principalmente constituída ao longo das suas visitas ao Aproaga em companhia de seus *filhos*, estudantes, crianças e outras pessoas das comunidades quilombolas.

Nesse movimento de retomada quilombola das coisas e lugares ligados aos ancestrais *Pretos dantes*, desde o ano de 2008 a professora Ana Cristina em acordo com demais lideranças quilombolas da AQURC adquiriu a posse da área de terra onde se encontram as ruínas do antigo engenho Aproaga, o que potencializou tanto a gestão mais cotidiana dessas paisagens de memórias enquanto componentes do território quilombola dos *Povos do Aproaga*, quanto materializou o incremento diversificado de peças para a Coleção de *Coisas Dantes* guardados por ela na comunidade de Benevides.

Percebemos que no processo de titulação definitiva e defesa do território dos *Povos do Aproaga*, as *coisas dantes* compõem uma substancial dimensão político-identitária da autoconsciência quilombola conectando as suas relações com os ancestrais e as narrativas acerca do passado com as lutas no presente. À medida que buscam melhorias de vida para geração presente e futura, se lançam na busca de reconhecimentos dos legados ancestrais e atualizam as suas narrativas acerca do *tempo dantes*. Além disso, tanto a relação afetiva da professora Ana Cristina quanto a perspectiva do S. Cléo nos revelam um engajamento comunitário na fruição da memória, das coisas e dos *tempos dantes*, enquanto possibilidade de ensinar, aprender e contar histórias quilombolas ali na região do Capim.

No que se refere às práticas de colecionamento comunitário vivenciado no território dos *Povos do Aproaga*, comungamos das discussões levantadas pela arqueóloga Márcia Bezerra (2017), pois aborda as diferentes relações de afeto e memórias que as pessoas elaboram com as ‘coisas do passado’. Essas relações entre pessoas, coisas e memórias de lugares, além de reconhecer às materialidades estatutos alternativos, plenos de vida e histórias particulares, nos fazem refletir acerca das posturas da arqueologia “autorizada” em face das políticas de patrimônio do Estado, provocando a urgência de abordagens de estudos mais compreensivas e comprometidas com as comunidades locais e tradicionais da Amazônia.

Cientes disso, temos construído caminhos de uma Arqueologia de metodologia Sankofa (MORAES, 2021) que se orienta pela ancestralidade junto com os *Povos do Aproaga* e a partir de diferentes atividades de campo afrocentradas. Entre essas atividades escolhemos partilhar alguns momentos e aspectos de uma das oficinas de “Arqueologia e Comunidade” ocorrida na comunidade de Benevides e que esteve dedicada à abordagem da Coleção de *Coisas Dantes* dos

Povos do Aproaga, pois nesta buscamos reconhecer a relação comunitária com a materialidade e decidimos compor a nossa equipe de estudo da Coleção com pessoas negras e quilombolas.

Esse experimento na prática de campo derivou da reflexão acerca da importância do *lugar de fala* e da representatividade de *sujeitos negres* como protagonistas na experiência do conhecimento arqueológico. Na ocasião, contamos com o apoio da AQURC e conseguimos mobilizar a participação de cinco jovens para a oficina, quais sejam: Paulo Ricardo da Conceição Silveira (conhecido como *Tigrão*), que esteve na primeira etapa do trabalho e, em seguida, Luciana Lopes de Jesus, Taise dos Passos de Jesus, Ivanilza Amaro Lopes, *todes* estes pertencentes a comunidade de Benevides; e Luciana Santos Silva (conhecida como *Tia Preta*), da comunidade de Nova Ipixuna, uma das crianças que participava ativamente em várias outras ações da pesquisa no quilombo (Cf. MORAES, 2021).

A referida oficina ocorreu durante cerca de duas semanas do mês de janeiro de 2019 e teve seu percurso pedagógico baseado em três momentos principais, sendo estes: i) abordagem arqueológica qualitativa e preliminar das peças da Coleção comunitária; ii) a visita das participantes da oficina ao sítio arqueológico das ruínas do antigo engenho Aproaga, do qual provém a maior parte das peças e histórias contadas sobre os *tempos dantes*; iii) e a culminância da ação através de uma Mostra Pública da Coleção estudada, quando contamos com a presença de cerca de 20 pessoas oriundas das comunidades quilombolas e seu entorno.

Para efetivar as ações de estudo da Coleção em um espaço acessível e disponível naquele momento, instalamos na própria residência da professora Ana Cristina, uma estrutura mínima na varanda de sua casa para os momentos de registro fotográfico e mostra pública das peças, e outra em um quarto mais reservado onde tínhamos estantes, mesa, luminária, paquímetro, escala, máquina fotográfica, entre outros equipamentos e materiais básicos ao nosso trabalho de estudo em equipe.

Ao iniciarmos o estudo da Coleção, fizemos uma triagem das peças de maneira qualitativa para que tivéssemos uma amostra representativa da variedade das *Coisas Dantes* componentes da Coleção. Nessa seleção as pessoas da comunidade participantes também apontaram alguns objetos significativos para elas, então escolhemos essencialmente os objetos oriundos do contexto das ruínas do engenho Aproaga, geralmente por ajudarem a recordar de alguma história ou pessoa ligada ao achado daquelas *coisas dantes*.

Em seguida realizamos a higienização das peças selecionadas, a seco ou em alguns casos, foram lavadas com escova de dente macia e água no rio Capim, para uma melhor visualização das suas características, a exemplo dos fragmentos de louças e de garrafas. Após higienizadas as peças secam naturalmente na varanda da casa da profa. Ana Cristina. Enquanto aguardávamos a secagem do material, podíamos conversar e ouvir as percepções de Luciana Santos, Luciana Lopes e Ivanilza Lopes sobre a coleção, ao mesmo tempo que compartilhávamos as nossas vivências enquanto jovens negras, nossos interesses de estudos e como poderíamos trabalhar e conhecer em conjunto a comunidade.

Por conseguinte, realizamos a observação arqueológica compartilhada das materialidades escolhidas, o que incluía não apenas o preenchimento de etiquetas de identificação e fichas de

descrição das *coisas dantes*, mas também a escuta e busca dos relatos das pessoas participantes e/ou visitantes da oficina. Além disso, lembramos que os fragmentos de louças sempre chamavam atenção das nossas praticantes de arqueologia comunitária, em parte devido à profusão de cores e diversidade dos motivos decorativos, que aos poucos também eram identificados com o auxílio dos catálogos de estudos arqueológicos¹⁰, mas também pelo seus (auto)reconhecimentos enquanto *coisas dantes*, conforme podemos lembrar com alguns trechos de falas desses momentos: “...*Quero analisar aquele caco porque foi eu quem achei lá no Aproaga quando fui com a professora Ana Cristina...*’ ‘... *Quero aquele porque é mais bonito!*’ ‘... *Quero aquele porque tá mais fácil de identificar*’ “... *E aquela algema e de bola de ferro, era que prendiam os negros lá no aproaga...*”

Assim, ao longo daqueles dias de inverno amazônico, nos reunimos para conversar sobre aquelas *coisas dantes* dos Povos do Aproaga, quando conseguimos realizar anotações de pelo menos 96 *coisas dantes* que compõem a Coleção Comunitária. Em termos gerais, as coisas estudadas foram: fragmentos de louças que compunham aparelhos de chá e de jantar; de garrafas inteiras de vidro e grés; fragmentos de garrafas de vidro, sobretudo bases; fragmentos de cachimbos feitos em barro (dois forninhos); moedas e cédulas antigas, sendo que entre essas coisas dantes destacamos ainda a de uma tijoleira antiga que possui uma marca de mão impressa em uma das faces peças; e de alguns objetos em ferro, tais como uma chave antiga, uma bola de ferro e uma peça semelhante a uma algema fragmentada, pois seus formatos e materialidade evocam localmente diferentes narrativas, tais como as respectivas associações desses materiais como instrumentos de aprisionamento utilizados contra pessoas pretas escravizadas na região.



Imagem 02. Luciana Costa e Luciana Santos (*Tia Preta*) estudam as *Coisas Dantes*. Foto: Iris Moraes/ Fonte: Moraes (2021).

10 Entre as referências bibliográficas consultadas citamos: ZANETTINI, 1986; TOCCHETTO et al. 2001; ZANETTINI; BAVA DE CAMARGO, 1986.

Nesse contexto, quando as pessoas passavam pela varanda onde estavam expostos os materiais higienizados ou quando nos visitávamos durante o estudo, elas sentiam-se motivadas a compartilhar como viam aquelas *coisas dantes*, de como tinham sido encontradas ou como essas materialidades antigas conformavam suas próprias histórias de vida. Aqueles objetos e fragmentos arqueológicos etnicamente alçados ao estatuto de *coisas dantes* pela *cosmopercepção* quilombola, estudado por pessoas negras e quilombolas estavam de alguma maneira reconectando pessoas e nos possibilitando a emergência de histórias comunitárias. Por fim, observamos que para além da relação de propriedade individual de uma Coleção, se destacou as potencialidades da dimensão coletiva de usufruto das ‘coisas do passado’.

Outro momento importante da Oficina foi a prática de campo que organizamos com a equipe de estudo da Coleção na área das ruínas do engenho Aproaga. Enquanto caminhávamos naquelas paisagens marcantes das histórias das comunidades quilombolas íamos fazendo o reconhecimento e a identificação de estruturas e demais materialidades afloradas na superfície da terra. Assim, pudemos situar a Arqueologia para além do sítio e do objeto arqueológico, como uma prática do presente acessível às pessoas da comunidade mediante aquele engajamento comunitário das pessoas na troca mútua de (re)conhecimentos.



Imagem 3. Participantes da Oficina no porto das ruínas do Aproaga, rio Capim (A esquerda: Ivanilza Lopes, Luciana Lopes, Luciana Costa e Luciana Santos (*Tia Preta*). Foto: Iris Moraes / Fonte: Moraes, 2021.

Enquanto culminância desse experimento de estudo comunitário, organizamos uma pequena Mostra Pública da Coleção de *Coisas Dantes* dos Povos do Aproaga, ainda na residência da

professora Ana Cristina. Era uma tarde de sol às margens do Rio Capim e vieram muitas pessoas, além das participantes da Oficina, das lideranças da AQURC como o S. Cléo e S. João da Conceição Santos (o *Pitada*) havia pessoas das comunidades e localidades próximas, como da Vila DER e de Santana do Capim.

Ocorre que a AQURC convidou alguns jovens *candidates* ao PSE para cotistas quilombolas da UFPA e a então vereadora de Aurora do Pará, a Sra. Nelita Carla dos Santos Albuquerque. Esse público pode ouvir e compartilhar as falas durante a exposição de parte da Coleção estudada, porquanto, o anseio era que enquanto autoridades locais e pessoas pertencentes a região, elas se engajassem tanto com o reconhecimento e preservação dos bens culturais quilombolas quanto com o fomento de ações culturais e museais no CCLS.



Imagem 4-5. A arqueóloga Luciana Costa na mostra pública da Coleção de *Coisas Dantes* do Aproaga. Em detalhe a tijoleira dantes com a marca de mão relatada pelo S. Cleo. Foto: Iris Moraes /Fonte: Moraes, 2021.

Afinal, a busca pela valorização e musealização das *coisas e dos lugares dantes* para benefício da comunidade é bem antiga entre lideranças quilombolas dos *Povos do Aproaga*. Após essa oficina, demos continuidade ao registro fotográfico do acervo e estamos em processo de (co)criação de um site da Associação Quilombola que além de comunicar questões de defesa do território e divulgação de suas ações, deve abrigar a versão digital do CCLS voltada aos conhecimentos e valorização das manifestações culturais *Povos do Aproaga*.

Ao longo desses anos de relação com os *Povos do Aproaga*, temos reunido um vasto acervo de fotos, filmagens de entrevistas e vídeos, mapas e documentos incluindo narrativas de quilombolas, algumas já falecidas. Assim, tanto o CCLS quanto o site da Associação enquanto um museu digital quilombola, surgem como alternativas de conexão e socialização de conhecimentos, de evidenciação das memórias e histórias quilombolas de maneira mais pública. Embora ainda esteja em fase de organização e curadoria para respectiva disponibilização do acervo, já elaboramos a logo da Identidade Visual da AQURC e um primeiro layout do seu respectivo site¹¹.

11 Por ora o domínio do site da AQURC encontra-se registrado em: <https://www.povosdoaproaga.com/>

No que se refere a ID da AQURC, símbolos e cores adotadas, nos baseamos nas narrativas quilombolas, como a do S. Cléo compartilhada acima sobre as *tijoleiras dantes* oriundas das ruínas do Aproaga que possuem marcas de mãos materialmente registradas durante a artesanaria das peças. Através do conceito africano inerente a adinkra Sankofa e o decalque de uma mão ancestral, demarcamos o movimento de retomada quilombola dos legados que lhe importam, ou seja, dos *Pretos Dantes* como construtores da resiliência quilombola na região do rio Capim¹².



Imagem 6-7: Identidade Visual da AQURC e primeiro layout do site. Designer: Victória Capilo/Fonte: Moraes, 2021.

Consideramos que esses movimentos afrocentrados de engajamento coletivo, mesmo que sejam atípicos no fazer arqueológico, tornam-se possíveis justamente pelo caráter relacional e comprometido com o retorno comunitário de nossas pesquisas. Enquanto *pesquisadories* pertencentes e/ou engajados com comunidades negras, queremos provocar rupturas dos estudos baseados nas genéricas representações do “outro” como “objeto de estudo” ainda tão praticados por uma arqueologia que permaneça autocrática e sem representatividade em seus modos de fazer e retornar as pesquisas arqueológicas (CARVALHO, 2018).

Afinal, queremos possibilidades de retornos às nossas comunidades que extrapolem os modelos de textos técnicos como resultados de pesquisa, pois alcançam uma restrita parcela de pessoas na academia. Nessa rede de relações entre pessoas, coisas e causas coletivas, transbordamos as fronteiras disciplinares da arqueologia e potencializamos através dela nossos movimentos de conexão de saberes aquilombados e de (re)conhecimentos afrodiaspóricos.

CONSIDERAÇÕES CONTÍNUAS: NA QUEBRADA, AQUILOMBAMENTOS

O colonialismo assim como o racismo enquanto sistemas de opressões históricos são baseados em princípios ideológicos hierarquizantes e se materializam na exploração e desumanização de pessoas negras, indígenas e demais *sujeites* não-normativos à lógica fragmentadora eurocêntrica. Ainda hoje causam quebras de dinâmicas sociais autônomas, rupturas de modos de

12 A Identidade visual da AQURC foi elaborada em parceria com Vitória Carolina Pinheiro Lopes Dias (PPGAN/UFMG), conforme sugestões das lideranças quilombolas e da metodologia de pesquisa arqueológica afrocentrada proposta por MORAES (2021).

ser e pensar, tornam apartadas as polaridades de existências complementares, criam separações sociais entre nós e contra nós.

Portanto, fazer uma arqueologia da diáspora africana para além de escavar a terra e expor feridas sem os cuidados e reparações inerentes, requer de nós o engajamento antirracista e sensível para a cura dessas feridas e fragmentações (HARTEMANN, 2019; KILOMBA, 2019). Nossos apontamentos neste trabalho refletem possibilidades e princípios de abordagens arqueológicas em contextos que afetam nossas existências afrodiáspóricas. Fazemos, fazemos desta ciência arqueológica habilidosa em fragmentos e escombros, a plataforma de recomposição de narrativas e histórias que importam, de restauração dos laços de afetos e de (re)conhecimentos comunitários. Neste breve artigo, buscamos ressaltar a relevância estratégica da prática arqueológica que seja comprometida com pessoas afrodiáspóricas e comunidades tradicionais quilombolas na Amazônia. Repensar nossos procedimentos teórico-metodológicos é imprescindível, embora não tenhamos receitas, lembramos que o saber vem no fazer e a experiência se reforça no partilhar. O caminho é comunitário, trata-se de priorizar o coletivo e não apenas a disciplina arqueológica em detrimento de causas coletivas de povos e seres historicamente oprimidos. Como dissemos antes, a arqueologia não é o fim, mas um meio para reconhecermos cada vez mais nossas histórias e reverenciar a ancestralidade que transborda dos lugares e materialidades dantes.

Ao fazermos nossos trabalhos acadêmicos, podemos adotar as ações afirmativas nos mais diferentes aspectos da prática arqueológica e efetivamente modificar nossos referenciais epistemológicos. Para além da culpa ou vergonha que imobilizam, devemos assumir nossos lugares de fala e respectivas responsabilidades éticas na busca por equidade e reparação epistêmica, por sorte, atitudes e movimentos nessa direção nos confiam a possibilidade de contação de histórias que nos importam enquanto povos e comunidades afrodiáspóricas e as necessárias rupturas com a colonialidade que ainda permeia a arqueologia.

Afinal se nossos mundos originários atingidos pela colonização foram quebrados e ainda encontramos pessoas fragmentadas de si e do coletivo, nessa diáspora nos reconstituímos como quilombos. Cruzamos esses tempos e sistemas sócio-históricos opressores a partir do fortalecimento de nossas ancestralidades e comunidades. Vivemos na quebrada, politizamos nossa existência em movimentos de resistência às dores e perdas impostas. Pelas escrituras de Conceição Evaristo “a gente combinamos de não morrer”, no manifesto de J. Mombaça sabemos “não vão nos matar agora”, pois nessa quebrada toda, somos *aquilombamentos*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Letramento, Belo Horizonte, 2018.
- ACEVEDO MARIN et al. *Patrimônio e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim*. Belém: IPHAN, 2014.
- BARBOSA, Betanha. *Sistema de Uso Comum de Recursos em Comunidades Quilombolas no Vale do Rio Capim (Pa)*. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos do Pará, Universidade Federal do Pará. 2008.
- BARROS, José Flávio P. de. *A fogueira de Xangô*. 3ª edição – Rio de Janeiro: Pallas, 2009. 256p.
- BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto: sobre as coisas, pessoas e a arqueologia na Amazônia*. 1ª ed. – Belém: PA: GKNoronha, 2017. 108p.
- BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. (Org.) *Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico*. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Ed. 2019 (Col. Cultura Negra e Identidades).
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.
- CARVALHO, Patrícia Marinho de. *Visibilidade do Negro: Arqueologia do Abandono na comunidade quilombola do Boqueirão -Vila Bela/MT*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo (USP), 2018.
- COSTA, Luciana A. Aquilombamento as a Potentializing Praxis for Black Existences in Archaeology. In.: *Society for Historical Archaeology: An Archaeological Decameron: Research, Interpretation, and Engagement in the Time of Pandemic*, 1., 2021, Flórida. Conference virtual. Estados Unidos: SHA, 2021. Disponível em: <<https://core.tdar.org/document/459240/aquilombamento-as-a-potentializing-praxis-for-black-existences-in-archaeology>>. Acesso, 05.04. 2022.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FRANKLIN, Maria; DUNNAVANT, Justin P.; FLEWELLEN, Ayana O.; ODEWALE, Alice. The future is now: archaeology and the eradication of anti-Blackness. *International Journal of Historical Archaeology* 24:753–766, 2020.
- GARCIA, Maria de F. & SILVA, José Antônio S. (org.). *Africanidades, afrobrasiliadades e processo (des)colonizador: contribuições a implementação da Lei 10.639/03*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.
- GNECCO, Cristobal; HABER, Alejandro F.; SHEPHERD, Nick. *Arqueologia y Decolonialidad*. Coleção *El Desprendimiento*, 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: *Ediciones del signo*, 2015. 180p.
- HARTEMANN, Gabby. *Voltar, contar e lembrar de Gangan: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana*. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN-UFMG), 228p., 2019.
- _____. & MORAES, Iris P. de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios - Rev. Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 12(2), 9–34, 2019.

- IKE, N., Miller, G., and Hartemann, G. O. (2020). Anti-racist archaeology: your time is now. *SAA Archaeological Record* 20(4): 12–16.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019[2008].
- MACHADO, Adilbênia F. *ODUS: Filosofia Africana para uma metodologia afrorreferenciada*. *Voluntas*, Santa Maria, v. 10, p. 03- 25, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39952>. Acesso 21.09.2020.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021, 144p.
- MORAES, Iris P. de. *Do tempo dos Pretos Dantes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)*. Dissertação de Mestrado. PPGA-UFPA, 2012.
- _____. *Arqueologia na 'Flor da Terra' Quilombola: Ancestralidade e Movimentos Sankofa no Território dos Povos do Aproaga – Amazônia Paraense*. Tese de Doutorado. PPGAN – UFMG, 2021.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz do. *Historiografia do quilombo*. 1977. In: Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. UCPA - União dos coletivos Pan-Africanistas (Org.). São Paulo, 2018.
- NOGUERA, Renato. *Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma Ética Afroperspectiva*. *Rev. da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 147-150, fev. 2012a. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/358>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- _____. *O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca nacional, 2014.
- OYÈRÓNKÈ Oyèwùmí. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução wanderson flor do nascimento. 1.ed. - Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia). *Povos do Aproaga - São Domingos do Capim*. Fascículo 24. Belém: Universidade Federal do Amazonas / Universidade Estadual do Amazonas. 12p, 2008.
- RAMOSE, Mogobe. *Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana*. Trad. Dirce Eleonora Nigro Solis; Rafael Medina Lopes; Roberta Ribeiro Cassiano. In: *Ensaios Filosóficos*, Volume IV, out. 2011. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acessado em: 20.02.2020.
- RATTS, A. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- RIBEIRO, Djamila. 2017. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 112p. (Feminismos Plurais).
- _____. 2019. *Pequeno manual antirracista*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 135p.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa (INCTI), 2015, p.150. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acessado 28.07.2020.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin.; SYMANSKI, Luís Cláudio.; OZÓRIO, Sérgio Rovani.; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de.; CAPPELLETTI, Ângela Maria. A Faiança Fina em Porto Alegre – Vestígios Arqueológicos de uma Cidade. Porto Alegre: Secretaria da Cultura/PMPA, 2001.

ZANETTINI, Paulo. “Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos” *Arqueologia*, Curitiba, 5: p.117- 130, 1986.

_____.; BAVA DE CAMARGO, Paulo. Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles? São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999.

Recebido em: 27/04/2022

Aprovado em: 07/06/2022

Publicado em: 30/06/2022